

Resenha do livro **Manuais escolares**: contributo para uma análise.

MORGADO, José Carlos. **Manuais escolares**: contributo para uma análise. Portugal: Porto Editora, 2004.

Graziela Pavei Peruch Rosso

Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC –
Brasil
graziperuch@outlook.com

Para citar esta resenha:

ROSSO, Graziela Pavei Peruch. Resenha do livro *Manuais escolares*: contributo para uma análise. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 307 – 313, jan./abr. 2015.

DOI: 10.5965/1984723816302015307

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723816302015307>

A obra *Manuais escolares: contributo para uma análise*, apresenta como finalidade contribuir para a reflexão e o debate em torno do papel do professor e do manual escolar, instrumento educativo que, direta ou indiretamente, tem contribuído para organizar os processos de ensino e de aprendizagem, tanto dentro das instituições educativas, como fora delas. Neste sentido, o autor dirige a publicação essencialmente aos docentes (autores e utilizadores), considerados por ele, como principais artífices na (re)estruturação das práticas de ensino, além de outros sujeitos que, por diversos motivos, desejem refletir sobre a importância pedagógica, cultural e social do manual escolar.

Para introduzir sua obra, Morgado aborda o papel do ensino na “sociedade do conhecimento”, ressaltando como principal missão, a de conseguir que todos, sem exceção, possam desenvolver seus talentos e potencialidades criativas, proporcionando condições mínimas para que o aluno possa, ao transcender a escola, continuar aprendendo ao longo da vida. Propósito este, que tem sido alvo para a definição das políticas educativas e curriculares contemporâneas, que procuram conceituar a escola, pelo menos em tese, como um espaço aberto a todos os interessados no processo educativo, e que possui autonomia para adaptar seu currículo e práticas às necessidades sociais e de seus alunos. Um espaço onde o principal agente de mudança é o professor, por meio de seu empenho e capacidade de decidir e/ou alterar suas práticas curriculares e dos recursos utilizados na configuração da ação educativa.

No entanto, o teórico pontua que a mudança das práticas curriculares requer a identificação e análise das intencionalidades – implícitas e explícitas, nos materiais curriculares e, principalmente, da compreensão dos manuais escolares como elementos de configuração da prática educativa. Destarte, frisa a importância de se elaborar um documento que pudesse problematizar questões sobre os manuais que se utilizam nas escolas, além de um guia base de reflexão e compreensão precedentes ao processo de concepção, produção, avaliação, seleção e adoção destes recursos didáticos.

De modo a atingir tal propósito, o autor estruturou a obra a partir de cinco tópicos/capítulos. No primeiro capítulo, “Desafios educativos contemporâneos”, aponta para as mudanças na sociedade contemporânea, de lógica neoliberal, guiada pelo

progresso científico e tecnológico; em que o conhecimento, o processamento e utilização da informação assumem contornos determinantes da economia e do desenvolvimento de importantes áreas da vida social, passando a tecer configurações de uma sociedade pautada em valores como a produtividade, a competitividade, o individualismo, a meritocracia, entre outros, que conduzem a prevalência de valores econômicos e científico-tecnológicos, em detrimento de valores culturais, sociais e morais. Esse movimento, que repercute diretamente nos sistemas educativos e, na escola, suscita mudanças não apenas nas metas educativas que essa instituição persegue, mas também nos métodos que utiliza, nas aprendizagens que propicia e em sua própria estrutura administrativa, visando preparar as gerações futuras para lidar com as demandas do novo contexto. Além disso, considera que a própria formação e desenvolvimento do profissional docente devem mudar seus conceitos, já que, é a partir da figura do professor, que o novo será concretizado.

Mas qual a meta que as políticas educativas e curriculares contemporâneas devem perseguir? Segundo o autor, esses instrumentos devem conferir mais poder à escola, criando espaços democráticos e participativos para a elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos curriculares que venham a afirmar as singularidades de toda a população escolar, em um diálogo constante entre sala de aula, comunidade e mundo. Uma escola, que tenha seu anseio na formação do humano como ser potencialmente criativo, que saiba lidar com as demandas da sociedade do conhecimento a seu tempo, e, principalmente, possa auxiliar na (trans)formação de uma sociedade mais democrática. Nesta esteira, afirma a necessidade de se interpretar o currículo como um projeto social, uma construção socialmente partilhada e repleta de intencionalidades a serem concretizadas pelos/para os alunos no interior da escola. Assim, como mediador entre o conjunto de intencionalidades educativas e sociais e as práticas curriculares que se desenvolvem na escola e na sala de aula, o projeto curricular deve permitir a integração simultânea de quatro dimensões: a experiência dos jovens, a integração social, a integração do conhecimento e a integração como uma concepção curricular.

No segundo tópico, Morgado expõe “A importância dos manuais escolares na configuração dos processos de ensino-aprendizagem”, ou seja, como uma ferramenta

que consubstancia um determinado projeto curricular, imprimindo sentido ao trabalho escolar, participando da sua estruturação, da configuração das relações sociais que se estabelecem no interior da sala de aula, bem como dos dispositivos de controle social sobre o trabalho docente. Assim, ao organizarem e apresentarem uma determinada visão de realidade e um modelo de homem e de sociedade a construir, os manuais escolares exigem do docente uma leitura crítica, no sentido de compreender as mensagens e os valores que, direta ou indiretamente veiculam, e o papel que podem desempenhar na configuração dos processos educativos. Para além da reflexão, no âmbito prático, considera-se que, como ferramenta integrante das situações de ensino-aprendizagem, ou mesmo como material de apoio para a realização de tarefas extraclasse, os manuais não devem ser utilizados como instrumentos únicos e acabados. Por conseguinte, deve incentivar o recurso a outras fontes de informação, contribuindo para que cada estudante possa aprofundar suas reflexões sobre os conhecimentos trabalhados na escola e sobre o próprio sentido da ação educativa.

Abarcando no terceiro capítulo “Os manuais escolares como mediadores das práticas docentes”, o autor inicia seu diálogo com o leitor explorando o papel do docente (e do estatuto desta profissão) diante do panorama das mudanças sociais e exigências curriculares da contemporaneidade. Expõe o descaso e indiferença de alguns docentes frente às novas exigências escolares, buscando destacar, a partir de Antônio Nóvoa (1992, p.33), o crescente “mal-estar profissional” que permeia a docência, resultantes de dois processos: da separação entre a produção dos currículos e programas de sua operacionalização na escola e nas salas de aula; da tendência de intensificação do trabalho docente, a partir do aumento considerável em suas atividades diárias. Estes processos enfatizam o tecnicismo e a perda da autonomia do trabalho docente, provocando, uma progressiva deterioração do seu estatuto profissional e dando sentido/significado a um trabalhador que se limita a executar tarefas decididas e/ou encomendadas por outros. Problematizando esse panorama, Morgado ressalta a importância de se modificar o modelo existente de formação de professores, saindo da perspectiva de mero executor de um currículo racionalista e pautado em disciplinas, para uma concepção de formação inicial que priorize o valor da prática como elemento central

de análise e reflexão do professor, na busca de respostas para a resolução dos problemas inerentes à vida escolar. Que, ao contrário de dar ‘respostas prontas’, seja crítico, inquiridor e inquieto, suscitando nos alunos o desejo de conhecer coisas novas e de pensar sobre o próprio saber e processo de aprendizagem.

Tratando-se dos manuais escolares como mediadores das práticas docentes, o autor se utiliza de Alain Choppin (1992, p.37), para apelidá-los de *utilitários polivalentes* – portadores de quatro características que lhes conferem estatuto próprio, a saber: produto de consumo, suporte de conhecimentos escolares, veículo transmissor de um sistema de valores, além de participar do rol de instrumento pedagógico. É a partir destes “utilitários” que os alunos, por norma, estruturam, adquirem e avaliam a grande maioria dos saberes e conhecimentos transmitidos/reproduzidos pela escola. Ademais, sejam veículos de valores e princípios, consolidando uma determinada visão de sociedade, de história e de cultura, por vezes, etnocêntrica.

Assim, considera que uma escola que deseja atuar a partir do viés democrático e participativo deve estar atenta a estas intencionalidades, necessitando de seus professores uma postura aberta e reflexiva, de modo a analisar os conteúdos expressos nos manuais (e na escola), tanto no nível explícito – a mensagem que o conteúdo transmite de forma consciente, quanto no nível implícito, oculto. Reflexão esta, que oportunizará ao docente expandir os conhecimentos genericamente selecionados culturalmente pelos manuais, utilizando-se de outros livros e recursos informativos que possam contrastar experiências e saberes, nunca esquecendo, de levar também em conta os conhecimentos dos próprios alunos, suas experiências de vida e problemas da comunidade local. Somente assim, a escola poderá atingir sua finalidade de promover uma formação cidadã.

Do ponto de vista do controle curricular, Morgado expressa o manual como um meio para controlar aquilo que se ensina na escola, regulando diretamente a ação pedagógica de muitos professores. Para tanto, os autores e editoras findam por idealizar e desenvolver produtos que possam ser vendidos para o maior número de docentes, destarte, sejam eles que o apreciam e o selecionam. Fazendo do aluno, que deveria ser seu principal destinatário, um agente de simples utilização e, garantindo ao docente,

enquanto facilitador e aplicador de conteúdos preconcebidos, sua própria desprofissionalização.

Quanto aos “Manuais escolares e sociedade informacional”, tema do quarto tópico, o autor observa que as transformações sociais provocadas pelo fenômeno globalizador, retiraram da escola o status secular de instância privilegiada na difusão do conhecimento, tendo em vista, as inúmeras fontes informativas que hoje atuam sobre os sujeitos sociais e a rapidez com que o conhecimento se (re)produz e se (re)atualiza. Contudo, sob a pena de deixar de cumprir uma de suas principais finalidades: ‘preparar para a vida’, torna-se necessário que a escola auxilie o aluno a desenvolver capacidades de reflexão e de análise crítica sobre toda a informação recebida quotidianamente. Tarefa esta, que depende de uma mudança de atitude por parte dos professores, bem como anseia pela utilização de materiais curriculares alternativos ao livro texto, tais como fotografias, mapas, maquetes, revistas e jornais locais, jogos de mesa e programas de computador, permitindo a criação de estratégias que possibilitem o acesso do aluno a informações atualizadas e relacionadas com seu mundo. Espera-se, sobretudo, que os alunos desenvolvam o gosto pela pesquisa e por hábitos de trabalho que se encontram, no momento, fora do contexto escolar.

Para fechar o capítulo, Morgado assinala, a partir de Barbara McCombs e Joe Whisler (2000, p.57), que a escola contemporânea deve potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento positivo de cada educando, cumprindo duas funções: por um lado, garantir que os alunos apreendam e sejam capazes de colocar em prática atitudes esperadas (e importantes) pela/para a sociedade; por outro, fazer crescer nos educandos, o gosto pela aprendizagem e pelo conhecimento, estimulando-os a segui-lo e aprimorá-lo ao longo da vida. Portanto, ressalta que não basta apenas ter professores disponíveis, preparados e empenhados para essa tarefa, mas professores que acreditem que mudar é possível.

Por fim, no quinto tópico, o autor encerra o livro com o “Guião de análise de manuais escolares”, elaborado a partir de referenciais bibliográficos e documentais já produzidos sobre a temática. Entre os pressupostos para a criação do guia, Morgado salienta a possibilidade de disponibilizar um instrumento de análise, seleção e adoção de

manuais escolares nas escolas. Como nortes para sua construção, o autor destaca os seguintes objetivos: averiguar a maior ou menor fidelidade do manual escolar ao programa disciplinar; identificar o modelo de ensino-aprendizagem subjacente ao manual escolar; avaliar o tipo de informação veiculada pelo manual escolar; analisar as formas de seleção de conhecimento; analisar a forma de organização do conhecimento e, detectar o modelo profissional implícito. Concluindo, traduz todos os objetivos em um amplo questionário, prático, objetivo e didático, permitindo ao educador (e estudiosos de áreas afins), pensar os manuais escolares e suas intencionalidades, contribuindo para sua compreensão, problematização e uso como ferramenta curricular.

Recebido em: 08/10/2014

Aprovado em: 12/11/2014

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPG

Revista Linhas

Volume 16 - Número 30 - Ano 2015

revistalinhas@gmail.com